

Apresentação:

O CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO: lições de uma avaliação

IRIS BARBOSA GOUTART*

Há uma velha lenda, muito bela, de um rabino a quem um aluno, em visita, pergunta: "Rabbi, outrora havia homens que viam Deus face a face; por que não acontece mais isso?" O rabino respondeu: "Porque ninguém mais, hoje em dia, é capaz de inclinar-se suficientemente." É preciso, com efeito, curvar-se muito para beber no rio.

Carl Gustav Jung

O presente número de ESTUDOS em AVALIAÇÃO EDUCACIONAL publica um conjunto de estudos sobre a Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, enfocando, especialmente, a estratégia do CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO, implantada na rede pública estadual de ensino de 1º grau, em caráter experimental, a partir de 1985. Ainda que em 1988 tenha sido feita uma

* Diretora da Superintendência Educacional da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais; Doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP.

primeira avaliação em termos bem restritos, somente em 1992 foi o CBA avaliado em toda a sua amplitude, no contexto da rede estadual de ensino.

Os trabalhos ora publicados devem ser vistos em uma perspectiva histórica, no campo da avaliação educacional em Minas Gerais. É preciso lembrar, especialmente para as novas gerações de professores da escola de 1^o grau, que essa temática remonta a 1928, quando a Missão Européia, que veio analisar a problemática da educação mineira e propor inovações, procurou disseminar a tecnologia da construção de instrumentos da avaliação da aprendizagem educacional, além de recomendar a utilização de testes psicológicos no âmbito da escola. A contribuição de figuras da comunidade científica européia, como Theodore Simon, Léon Walter e Hélène Antipoff, entre outros, teve influência seminal no processo de modernização do ensino nas escolas mineiras. Não se pode deixar de registrar que muitos professores, no início da década de 30, frequentaram o **Teachers College**, na Universidade de Columbia, onde ocorreram as primeiras experiências na área das medidas educacionais, inspiradas no trabalho profícuo de Edward L. Thorndike, sobre o uso de métodos estatísticos na mensuração das capacidades humanas. Esses professores brasileiros, ao regressarem, passaram a atuar na **Escola de Aperfeiçoamento**, em Belo Horizonte, divulgando novas metodologias de avaliação e procurando adaptá-las à nossa realidade.

Ao longo dos anos 30 e 40 muitas inovações ocorreram na área dos estudos docimológicos e tiveram repercussões no Brasil, inclusive em Minas Gerais, preocupando-se os educadores com a construção de instrumentos que medissem a capacidade de pensar e resolver situações problemáticas, entre outros atributos humanos. A criação em 1949 do **Serviço de Seleção e Orientação Profissional (SOSP)**, na capital mineira, com o objetivo de selecionar candidatos ao serviço público e orientar profissionalmente os jovens, permitiu o desenvolvimento e a aplicação de técnicas psicométricas na administração pública e nas escolas. Formou-se um amplo embasamento técnico que possibilitou à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais assumir a responsabilidade de construir e aplicar os exames finais das escolas estaduais mineiras, atividade que chegou aos anos 50.

É bom lembrar a importância do **Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE)** que, a partir de 1953, gerou *expertise*, formou especialistas em medidas de prontidão e desenvolveu todo um instrumental para a avaliação do rendimento em áreas específicas de rendimento escolar, a nível de 1^o grau. A partir dos anos 60, graças à unificação do vestibular às escolas de nível superior, novas capacitações se formaram, segundo uma orientação comportamentalista, preocupada com a mensuração de objetivos terminais explícitos e utilizando para esse fim as chamadas provas objetivas.

Os novos procedimentos trouxeram radicalizações para o campo da avaliação educacional, com seus defensores e críticos extremados. A criação de uma disciplina autônoma – Medidas Educacionais –, ministrada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir do final da década de 70, ensinada nos cursos de Pedagogia, permitiu uma reflexão aprofundada sobre o assunto e hoje, graças a esse trabalho profícuo dos professores mineiros, a avaliação educacional é considerada indispensável ao prosseguimento bem sucedido do agir pedagógico.

Quando o Ciclo Básico de Alfabetização foi definido como a primeira população da escola mineira a ser avaliada, o objetivo era o ataque à crítica frequente nos setores educacionais de que as crianças sabem cada vez menos. Iniciava-se, deste modo, uma tentativa de diagnosticar a situação, verificando, em todo o Estado, o desempenho das crianças que haviam cursado as duas primeiras séries.

As lições advindas desta experiência, entretanto, extrapolaram este objetivo inicial e sinalizaram um momento novo na educação pública mineira, o qual teve como destaque:

a) Os alicerces de uma “cultura da avaliação”.

Em recente trabalho, Ludke (1991)* observou que Bourdieu, o criador da teoria da reprodução, lamentava os mal-entendidos que cercaram a divulgação de sua teoria e levaram professores e estudiosos da escola a uma posição de imobilismo em relação a seu papel. Ele insiste, segundo a autora, na importância de se estudar sociologicamente os mecanismos que atuam dentro da escola e que, de fato, **contribuem** para, embora **não determinem**, a perpetuação da sociedade dominante, como é o caso da avaliação.

Numa perspectiva sociológica, verifica-se que a avaliação, assim como outros mecanismos utilizados pela escola, só pode ser compreendida num contexto de uma teia de valores e normas que é tecida a partir de uma conjuntura social determinada. Assim, é que a representação social da escola democrática, construída a partir da negação do controle, caracterizou os anos de didatura (1964-85), determinando a exclusão da avaliação do cotidiano da escola.

Nos dias atuais, a instalação do processo democrático tem determinado a reanálise de alguns valores, como instrumento de diagnóstico e ponto de partida para a elaboração de qualquer projeto da escola. Esta reanálise devolve à avaliação do desempenho escolar o lugar de destaque que ela nunca deveria ter perdido.

Quando se lançou o Programa, a reação dos profissionais da escola foi de repúdio e temor. Repudiavam, porque consideravam um retrocesso o uso de

* LUDKE, M. (1991) - Entrevista com Pierre Bourdieu. *Teoria e Ação*, nº 3.

instrumentos de controle e temiam que os resultados apontassem um desempenho inferior dos alunos, denunciando seu próprio desempenho profissional. Tais sentimentos foram sendo afastados por um processo de sensibilização desenvolvido em todas as delegacias de ensino do Estado e hoje, sem medos nem rejeições, o que se vê entre os profissionais da escola é uma crença na função diagnóstica da avaliação e uma esperança no papel que ela pode desempenhar para que a escola se torne melhor.

Instala-se agora, em Minas Gerais, a cultura da avaliação.

b) A implantação de um modelo de participação na escola

A gestão participativa deixa de construir apenas um discurso quando professores, especialistas e pais se reúnem para a deliberação sobre questões concretas do interesse de ambas as partes.

Durante a aplicação das provas da AVA-CBA (Avaliação do Ciclo Básico de Alfabetização) viveu-se um momento de participação só comparável à seleção competitiva para diretores. Nas escolas da rede estadual, pais e professores se uniram para garantir o sigilo, assegurar a ordem e ter o retrato fidedigno das condições do aprendizado de seus filhos e alunos. Em cada escola, representantes da Secretaria, professores, especialistas e pais desempenharam, durante o dia 24 de março de 1991, o papel que lhes foi confiado e terminaram orgulhosos a jornada.

Avaliando a experiência, concluímos que zelar pelo êxito da AVA-CBA constitui motivo para se implantar, de verdade, um modelo de participação na escola e acreditamos que os efeitos desta conquista, que é da escola e é do povo, são irreversíveis.

c) A compreensão do processo de aprendizagem infantil

A elaboração dos instrumentos de medida foi feita com base em objetivos do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) e cobriu conteúdos e capacidades que os alunos deveriam dominar ao final do ciclo.

Os resultados dos alunos oferecem-nos, em primeiro lugar, uma visão global do seu desempenho, permitindo-nos uma avaliação mais geral, do tipo: "X domina 65% do conteúdo de Português, 70% de Matemática e 75% de Ciências". Em segundo lugar, os resultados por disciplina nos oferecem pontos fortes e fracos naquela disciplina, permitindo avaliações como: "Y acertou 50% das interpretações de texto e sua redação foi superior à de 60% dos alunos da escola" ou ainda: "Z acertou itens referentes a "Números" e "Adição" e não acertou os referentes a Multiplicação e Subtração; provavelmente, ele erra Multiplicação por não saber somar". Em terceiro lugar, a interpretação dos resultados tornou possível a análise interdisciplinar, que permitiu considerações

como: "S tem dificuldades para ler o texto. Provavelmente, isto influenciou seus resultados nas outras disciplinas".

A avaliação da aprendizagem é utilizada, geralmente, para se atribuir notas que, somadas cumulativamente, resultam na aprovação ou na reprovação dos alunos. A utilização dos resultados da avaliação para se obter uma compreensão do processo da aprendizagem infantil foi uma das lições mais importantes da AVA-CBA. Hoje, professores, especialistas e até mesmo os pais têm condições de identificar as dificuldades de seus filhos e compreender que algumas aprendizagens não estão ocorrendo porque lhes faltam os pré-requisitos, que são outras aprendizagens mais elementares, que constituem infra-estrutura para as mais complexas.

d) A percepção clara da interação ensino-aprendizagem, desempenho docente e discente.

Considerando individualmente, os erros denunciam a não-aprendizagem de cada aluno em relação a um conteúdo dado. Considerados na totalidade da classe, contudo, esses mesmos erros evidenciam falhas do ensino, já que a não-aprendizagem de muitos é evidência de que o ensino não surtiu os efeitos desejados.

Os quadros estatísticos resultantes da AVA-CBA informam, de maneira bem clara, a relação de causa e efeito existente entre o desempenho do professor e a aprendizagem do aluno. Pode-se até mesmo considerar que o primeiro componente da avaliação de desempenho do professor é justamente o rendimento do aluno.

e) A oportunidade de se repensar o Ciclo Básico de Alfabetização

Qual a porcentagem de alunos que evadem no CBA? qual a porcentagem dos que são reprovados? Comparando as respostas de hoje com as que diziam respeito às anteriores 1ª e 2ª série do ensino fundamental, pode-se afirmar que os dados se modificaram para melhor, sugerindo que a ampliação do tempo reservado à alfabetização oportuniza o desenvolvimento dentro do ritmo próprio dos alunos em cada escola. Crianças cuja fase de amadurecimento só acontece no último bimestre do 1º ano de alfabetização não são levadas a repetir, mas têm a oportunidade de ser acompanhadas ao longo de seu processo e compensam, no ano seguinte, a lentidão inicial.

Raciocínios como este nos levaram a concluir pela valorização do Ciclo Básico de Alfabetização.

f) O fortalecimento de marcos para uma política de equidade

Tendo à mão os resultados da 1ª Avaliação sistêmica do CBA pode-se identificar as carências regionais e locais e até mesmo encontrar explicação

para as mesmas. A representação detalhada dos resultados da AVA-CBA confirmou a hipótese de que, em regiões sócio-economicamente desfavorecidas, o desempenho escolar é consideravelmente inferior. Tal evidência nos aponta uma direção: para se implementar uma política de equidade, há de se distribuir recursos de tal forma que a quem tem menos se ofereça mais, para que tenhamos todos acesso às mesmas condições de aprendizagem. Esta distribuição equitativa de recursos, calcada na diversidade regional dos resultados, deve constituir a garantia do **Ensino de Qualidade para Todos**.

A Secretaria de Estado da Educação, ao promover a concretização deste projeto, coordenado pela Prof^a Ana Lúcia Antunes, que contou com a preciosa colaboração de sua equipe, na Diretoria de Avaliação do Ensino, tomou importantes medidas que levarão ao aprimoramento da escola pública em Minas Gerais, conforme será depreendido da leitura dos vários ensaios sobre a realidade da educação em Minas Gerais (*Mares Guia*), o rendimento do aluno do CBA e suas características (*Antunes et alii*), o desempenho das crianças (*Vianna*), as redações que produziram (*Mendes*) e a problemática das escolas vista pelos próprios educadores mineiros (*Vianna et alii*). Todos estes trabalhos demonstram que a avaliação é um processo irreversível nas escolas de Minas Gerais.